COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.602, DE 2023

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes que estejam sob a guarda para fins de adoção.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO **Relatora:** Deputada CHRIS TONIETTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.602, de 2023, em análise, de autoria da nobre Deputada Laura Carneiro, tem por finalidade alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), para assegurar o direito de uso do nome afetivo às crianças e adolescentes sob guarda com fins de adoção, nos cadastros das instituições públicas e privadas.

A proposição pretende garantir que, durante o período de convivência com os guardiões, a criança possa ser identificada, inclusive em registros escolares, de saúde e demais serviços públicos e privados, pelo nome pelo qual já é tratada em seu convívio social.

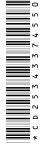
A matéria foi distribuída a esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família para análise de mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para pronunciamento a respeito da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD.

O regime de tramitação da proposição é o ordinário (Art. 151, III, RICD) e sua apreciação está sujeita conclusivamente às Comissões (art. 24, II, RICD).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.





II - VOTO DA RELATORA

Passando à análise do mérito, cabível a esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, convém dizer que a presente proposição se revela meritória ao buscar reconhecer, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, a possibilidade de utilização do nome afetivo por crianças e adolescentes sob guarda com fins de adoção, nos cadastros de instituições públicas e privadas. Trata-se de medida que visa proteger o direito à identidade, ao respeito e à dignidade desses menores, em conformidade com os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança, consagrados pela legislação pertinente.

Entretanto, é necessário observar que, embora desejável sob o ponto de vista afetivo e prático, o uso do nome afetivo antes da conclusão definitiva do processo de adoção envolve riscos que não podem ser negligenciados. A possibilidade de frustração da adoção, ou de instabilidade no vínculo afetivo, pode resultar em sofrimento psicológico adicional à criança ou adolescente, em momento já marcado por alta vulnerabilidade.

Por essa razão, consideramos oportuno e adequado o aperfeiçoamento proposto pelo nobre Deputado Dr. Zacharias Calil, relator anterior nesta Comissão, que apresentou Substitutivo para condicionar a autorização judicial de uso do nome afetivo à realização de estudo psicossocial ou perícia interprofissional, com verificação de que os benefícios superam os riscos em caso de insucesso da adoção.

A medida segue orientação já assentada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹, segundo a qual a autorização para o uso de nome afetivo deve observar critérios técnicos e ser precedida de avaliação multidisciplinar, com vistas à proteção da saúde emocional da criança e do adolescente.

Dessa forma, acolhemos o Substitutivo anteriormente proposto, por representar forma mais segura, equilibrada e juridicamente adequada para a consolidação do uso do nome afetivo como prática legítima no processo de adoção, garantindo o respeito à realidade afetiva vivida pelo adotando sem descuidar da necessária cautela protetiva.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.602, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 1º de julho de 2025.

¹ Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/03092021-Uso-de-nome-afetivo-antes-da-conclusao-da-adocao-requer-prova-cientifica-de-beneficios-para-a-crianca-.aspx Acesso em: 1º de julho de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOSGabinete da Deputada **CHRIS TONIETTO** – PL/RJ

Deputada CHRIS TONIETTO Relatora





COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.602, DE 2023

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes que estejam sob guarda para fins de adoção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

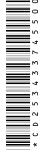
Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes que estejam sob guarda para fins de adoção.

Art. 2° O art. 47 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 11 e 12:

"Art. 47	 	

- § 11. Em qualquer fase do processo, requerido o uso de nome afetivo pela criança ou adolescente que esteja sob guarda para fins de adoção em cadastros de instituições públicas e privadas, o juiz determinará a realização de estudo psicossocial ou, se possível, perícia por equipe interprofissional.
- § 12. Na hipótese de que trata o § 11 deste artigo, após ser realizado o estudo psicossocial ou perícia interprofissional, constatada a constituição de vínculo afetivo suficiente entre adotantes e adotando e ainda estimado que os benefícios imediatos resultantes da medida acarretados à criança ou adolescente superam eventuais malefícios potenciais no caso de a adoção não ser concretizada, o juiz concederá autorização para







CÂMARA DOS DEPUTADOSGabinete da Deputada **CHRIS TONIETTO** – PL/RJ

o uso de nome afetivo pela criança ou adolescente em cadastros de instituições públicas e privadas." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de julho de 2025.

Deputada **CHRIS TONIETTO**Relatora

